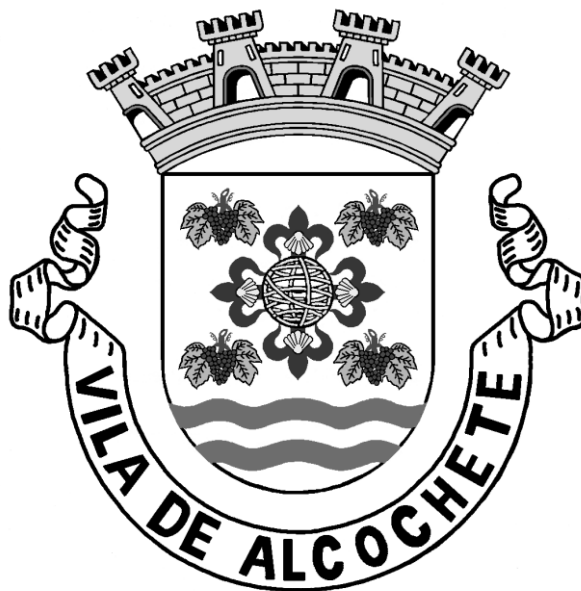




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 09

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA

EM 29 DE ABRIL DE 2026

ÍNDICE

A. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	3
B. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	9
C. ORDEM DO DIA.....	36
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA	36
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES.....	37
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:.....	37
4.1. CONTRATO DE DOAÇÃO DE UM CONJUNTO DE PEÇAS DE ANA PAULA GONÇALVES COSTA.....	37
4.2. RATIFICAÇÃO DO DESPACHO N.º 20/2026 – AUTORIZAÇÃO PARA CONSULTAR AS ENTIDADES BANCÁRIAS PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS PARA A CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO VALOR DE €2.308.000,00	38
4.3. RATIFICAÇÃO DO DESPACHO N.º 21/2026 – AUTORIZAÇÃO PARA CONSULTAR AS ENTIDADES BANCÁRIAS PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS PARA A CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO VALOR DE €692.000,00	46
4.4. PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS, POR UM PERÍODO DE 12 MESES, AUTOMATICAMENTE PRORROGADO POR PERÍODO IGUAL E SUCESSIVO” - PROC.º 30/26/CP - PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE CAUÇÃO (1.º PEDIDO).....	47
4.5. PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS, POR UM PERÍODO DE 12 MESES, AUTOMATICAMENTE PRORROGADO POR PERÍODO IGUAL E SUCESSIVO” - PROC.º 30/26/CP - PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE CAUÇÃO (2.º PEDIDO).....	49
4.6. APROVAÇÃO DE CANDIDATURAS AO PROGRAMA DE COMPARTICIPAÇÃO DE MEDICAMENTOS AOS IDOSOS CARENCIADOS (PCMIC).....	49
5. APOIOS FINANCEIROS	51
6. INFORMAÇÕES	51
D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	52
ENCERRAMENTO	52

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes as senhoras vereadoras Maria de Fátima Maduro Gregório Soares, Ana Sofia Madeira Maduro, Maria Eugénia Da Silva Gonçalves Murjal e Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado e João Carlos Simões Marques.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

A. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Registaram-se as seguintes intervenções:

- Maria de Fátima Sancho

Munícipe de Alcochete, agradeceu ao senhor presidente, às senhoras vereadoras e aos senhores vereadores, bem como aos trabalhadores envolvidos na remoção de um pinheiro que, segundo afirmou, lhe causara inúmeros transtornos. Afirmou ser defensora da preservação da natureza, mas explicou que aquela árvore, em particular, lhe provocara diversas dificuldades.

Expressou votos de que o senhor presidente consiga concretizar todas as promessas assumidas, nomeadamente as relativas às novas instalações do cemitério, um tema sobre o qual referiu ter acompanhado a intervenção do senhor presidente sobre as novas instalações e sugeriu que fosse criada uma pequena loja, com cerca de 10 m² e uma casa de banho, destinada às pessoas que vendem flores no exterior, expostas ao sol e à chuva.

Assinalou também que a capela do cemitério necessita de obras, incluindo pintura e reboco, afirmando que os alcochetanos devem honrar os seus familiares, avós e pais, que tanto trabalharam e sofreram no passado, partilhando também que vários munícipes com quem

conversou, manifestaram tristeza por não ter existido apoio da câmara municipal na pintura da Igreja Matriz de Alcochete.

Referiu igualmente que existem restaurantes na rua Comendador Estevão de Oliveira que, além de possuírem exaustores em mau estado, os residentes queixam-se de que as suas roupas e casas ficam impregnadas de odores a peixe e carne grelhada. Comparou esta situação com o concelho de Sesimbra, que descreveu como “terra de peixe” onde quase todos os restaurantes possuem exaustores adequados, constituindo, segundo disse, um bom exemplo a seguir. Acrescentou que muitos municípios não apresentam queixas por receio de represálias, contrariando a afirmação do senhor presidente de que atualmente as pessoas podem manifestar-se livremente sem receio de consequências.

A munícipe expressou ainda a esperança de que o senhor presidente encontre uma solução para colocar em funcionamento o Centro de Saúde do Samouco, afirmando que as Parcerias Público-Privadas (PPP's) foram implementadas durante o Governo do senhor Primeiro-Ministro António Guterres e, posteriormente, apoiadas por vários Ministros da Saúde sublinhando que, acima de tudo, o que importa é servir a população do Samouco.

Concluiu desejando que todos trabalhem em prol do bem comum.

O senhor presidente sobre a remoção do pinheiro reconheceu que o processo teve um período de maturação que, na opinião da munícipe, poderá ter sido demasiado longo, porém, explicou que quis chegar ao momento da decisão com plena serenidade e consciência tranquila, sublinhando que abater uma árvore saudável exige um motivo substancialmente forte e que o Executivo procurou, até ao limite, evitar essa solução minimizando e mitigando todos os danos possíveis.

Partilhou que no contexto atual, marcado pelos valores de Abril e pela liberdade de expressão, muitas pessoas comentam assuntos que desconhecem, o que considerou ser uma prática comum no país, acrescentando que estas reuniões são também oportunidades para esclarecer publicamente o trabalho desenvolvido. Informou que o pinheiro já foi retirado e que decorre a operação de remoção do respetivo cepo. Recordou que o Executivo percorreu um longo caminho para tentar preservar a árvore, realizando podas cuidadas,

contrariando acusações recentes de falta de intervenção e solicitando uma análise técnica à Universidade de Agronomia de Lisboa para avaliar possíveis soluções. Reconheceu, contudo, que a munícipe tinha razão ao alertar para os danos que a árvore causava no edificado, reiterando que ao longo dos seus 8 anos de mandato, apenas autoriza o abate de árvores quando estas representam risco para vidas humanas ou quando provocam danos materiais significativos.

Explicou que não tendo sido possível encontrar alternativas que permitissem manter a árvore viva sem prejuízo para o edificado, avançou-se para a sua remoção, informando que o trabalho ainda não está concluído e que será plantada uma nova espécie arbórea, de menor porte e folhagem, mais adequada ao local. Indicou que o murete semicircular existente será pintado para melhorar o aspeto visual e que serão colocados dois bancos, permitindo que, quando a nova árvore crescer, o espaço possa ser usufruído pela população.

Destacou que este foi um trabalho coletivo, conduzido pelo senhor vereador Pedro Lavrado, que nunca deixou o processo parado, salvo quando recebeu instruções para tal, com o objetivo de esgotar todas as possibilidades de preservação da árvore. Acrescentou que a câmara já ressarciu a munícipe pelos danos causados, após confirmação da companhia de seguros. Concluiu que embora falte ainda concluir a requalificação do espaço, o problema principal que recaía sobre a permanência do pinheiro está resolvido.

Prosseguiu informando que já foi aprovado o projeto para a construção de um edifício de apoio no cemitério, destinado aos serviços administrativos e aos trabalhadores, incluindo balneários, instalações sanitárias públicas e uma zona de refeições, esclarecendo que a obra não avançará de imediato por falta de dotação financeira, apesar da consolidação das contas municipais permitir alguns investimentos. Referiu que na própria reunião seriam apresentadas propostas para consulta bancária com vista à contratação de um empréstimo de €3.000.000,00 para investimentos considerados necessários.

Explicou que está a ser preparado um novo quadro comunitário de apoio e que no atual não existe qualquer aviso que permita financiar esta obra.

Manifestou expectativa de que, com a criação da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal, prevista para garantir financiamento comunitário de 80% a partir de 2028 ou início de 2029, os municípios passem a suportar apenas 20% do investimento, ao contrário dos atuais 60%. Considerou pertinente a sugestão apresentada pela munícipe e afirmou que poderá ser integrada no desenvolvimento futuro da empreitada.

Relativamente à Igreja Matriz, destacou a sua beleza e valor patrimonial, referindo o estilo Manuelino e a rosácea singular, recordando que sendo património nacional, qualquer intervenção depende de autorização da entidade competente. Assinalou que o Estado é laico e que a câmara tem procurado manter alguma distância institucional relativamente a obras em igrejas, embora apoie iniciativas de carácter social e caritativo, tendo apontado como exemplo o espetáculo de Natal realizado na Igreja Matriz, pago pela câmara, contribuindo indiretamente para as obras em curso.

Sobre a referência da munícipe ao medo de represálias, afirmou ficar preocupado com tal ideia, garantindo que está sempre disponível para ouvir todos os munícipes. Assegurou que não recebeu queixas anónimas e que o tempo do medo terminou há 52 anos, vivendo-se hoje num país livre onde cada pessoa pode expressar-se como entender.

Sobre o Centro de Saúde do Samouco, afirmou que traria à reunião uma reflexão que espera merecer análise profunda por parte das senhoras vereadoras e dos senhores vereadores, tendo criticado a situação atual do Serviço Nacional de Saúde, em particular a falta de médicos e de profissionais no Centro de Saúde do Samouco. Recordou que a angariação de médicos não é competência municipal, mas que o Executivo tem levantado a voz sobre o problema, partilhando que na última reunião com a senhora Ministra da Saúde, esta ficou ofendida com as observações que apresentou sobre a realidade local, embora tenha sido, segundo disse, sempre educado. Informou que, mais adiante na reunião, seria discutida e votada uma Moção que pretende enviar à senhora Ministra da Saúde, ao senhor Presidente da República, ao senhor Primeiro-Ministro e a outras entidades, para que compreendam que a população do Samouco merece o mesmo respeito e atenção que todas as restantes comunidades do concelho.

Munícipe de Alcochete, referiu que tem consciência de que a justiça em Portugal não é célere, demorando anos a resolver determinados casos. Recordou que em 2009, o Governo de José Sócrates criou a possibilidade de os Governos em articulação com as câmaras municipais, implementarem o Tribunal dos Julgados de Paz, mecanismo que permite resolver processos num prazo máximo de 7 meses e com um custo que não ultrapassa os €70,00, facilitando a vida de milhares de cidadãos.

Partilhou que na sua experiência pessoal teve um litígio num condomínio em Lamego que ficou resolvido através deste tribunal, contudo, desde 2018 enfrenta problemas no condomínio onde reside, que permanecem sem solução devido à inexistência deste serviço jurídico no concelho de Alcochete.

Informou ter realizado 5 tentativas junto da câmara municipal para obter esclarecimentos, especificando que em 29 de dezembro de 2023, enviou um e-mail a perguntar se existia um Tribunal dos Julgados de Paz no concelho, tendo posteriormente reunido com a senhora vereadora Ana Maduro, que lhe comunicou que iria se informar junto das câmaras do Montijo e da Moita. Em 27 de fevereiro, enviou novo e-mail à senhora vereadora Ana Maduro, mencionando que não desistiria do assunto, todavia não obteve resposta. Em setembro de 2025, reuniu com o senhor presidente, que lhe transmitiu que a matéria era da competência da senhora vereadora Ana Maduro. Em 19 de fevereiro de 2026, voltou a enviar um e-mail à senhora vereadora e aos 24 proprietários do condomínio, explicando que não existindo o Tribunal dos Julgados de Paz em Alcochete, os problemas que persistem há anos não poderiam ser resolvidos, também este e-mail não mereceu resposta.

Acrescentou que o condomínio irá recorrer a uma empresa de gestão do Pinhal Novo, que, por direito territorial, pode apresentar os processos no Tribunal dos Julgados de Paz de Palmela, tendo partilhado que no distrito de Setúbal, existem atualmente 2 tribunais deste tipo a funcionar, um no Seixal e outro em Palmela.

Referindo-se às diligências mais recentes, explicou que, em 8 de março de 2026, enviou um e-mail ao Conselho dos Julgados de Paz, em Lisboa, tendo recebido resposta no dia 13,

onde nessa comunicação foi-lhe transmitido que por Decreto-Lei de 8 de outubro de 2009, foi criado um agrupamento para os concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete, não compreendendo tal informação prestada pelo Conselho dos Julgados de Paz, porque esse agrupamento nunca chegou a ser implementado.

Concluiu a sua intervenção, afirmando que se o agrupamento estivesse a funcionar prestaria um serviço útil, rápido e de baixo custo, abrangendo mais de 250000 munícipes, constituindo desta forma, uma mais-valia para as autarquias e para a população.

A senhora vereadora Ana Sofia Maduro por solicitação do senhor presidente, confirmou que o assunto já se arrasta há algum tempo e reconheceu a veracidade do relato do munícipe, esclarecendo apenas que não respondera ao e-mail porque, entretanto, ambos se haviam encontrado pessoalmente e conversado sobre o tema, tendo acrescentado que a partir daquele momento passaria a responder sempre por escrito, para evitar quaisquer dúvidas.

Prosseguiu, explicando que o Decreto-Lei que criou os agrupamentos dos Julgados de Paz é antigo e que estes não existem em todos os municípios, apesar de a competência ser territorial, partilhando que o regime não obriga à instalação dos Julgados de Paz, limitando-se a conferir aos municípios essa possibilidade. Esclareceu que, sendo um agrupamento, pressupõe que todos os municípios envolvidos manifestem intenção de criar o julgado de paz, todavia bastará que um deles não o faça para que o agrupamento não possa ser implementado.

Sobre o caso concreto do munícipe, explicou que a resolução do litígio não depende apenas da existência do julgado de paz. Sendo um mecanismo de arbitragem, todas as partes envolvidas têm de concordar em recorrer a este meio, assim, se uma das partes, autor ou réus, não aceitar resolver o litígio através do julgado de paz, o processo não pode avançar. Acrescentou que esta regra é comum a outros centros de arbitragem, como o automóvel ou o de conflitos de consumo, exigindo sempre declaração expressa e escrita de todas as partes.

Partilhou que tem trabalhado no sentido de encontrar uma solução que permita ao Município de Alcochete implementar, sozinho, um mecanismo semelhante, revelando que na

terça-feira anterior, teve uma reunião com uma Universidade que possui um centro de arbitragem com competências superiores às dos julgados de paz, estando essa alternativa em análise.

Referiu que os julgados de paz exigem que os municípios disponibilizem espaço físico, recursos humanos e meios logísticos, sendo posteriormente nomeado um juiz de paz pelo ministério competente, explicando que este juiz não integra a magistratura superior, mas possui competências para resolver litígios no âmbito dos tribunais arbitrais. Indicou que no cenário analisado na reunião recente, nada disso seria necessário, razão pela qual existe uma hipótese paralela em estudo, distinta do julgado de paz tradicional.

B. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, o senhor presidente passou a palavra às senhoras vereadoras e aos senhores vereadores, para que pudessem apresentar os seus assuntos.

Pela senhora vereadora Maria Eugénia Murjal foi apresentado o seguinte Voto de Pesar:

– Manuel Pinto

«A vereação do Chega na Câmara Municipal de Alcochete manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento de Manuel Pinto, carinhosamente conhecido por “Catorze”, membro fundador e antigo elemento do Grupo de Forcados Amadores de Alcochete.

Homem de coragem, dedicação e espírito de grupo, Manuel Pinto foi uma figura marcante na afirmação e consolidação de uma das mais emblemáticas instituições do concelho, deixando uma herança de honra, bravura e companheirismo que perdurará na memória coletiva de Alcochete.

A sua vida esteve profundamente ligada às tradições e à identidade cultural portuguesa, sendo exemplo maior do espírito que caracteriza o mundo tauromáquico e, em particular, a

arte dos forcados — expressão singular da nossa cultura e património imaterial enraizado na história e nas tradições do nosso povo.

À família, amigos e a todos os elementos do Grupo de Forcados Amadores de Alcochete, endereçamos as mais sentidas condolências, associando-nos ao luto que hoje une toda a comunidade alcochetana.

Até sempre.

A Vereação do Chega pede a aprovação deste Voto de Pesar para publicação nos canais oficiais do município e comunicação direta à família de Manuel Pinto e ao Grupo de Forcados Amadores de Alcochete.»

Submetido à discussão e votação, o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte Saudação:

- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alcochete (CPCJ)

«Hoje dirigimos uma Saudação sentida à nossa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alcochete, cuja dedicação ao longo de todo o ano merece o mais profundo reconhecimento. Mas é neste mês de abril — mês que o mundo inteiro assinala como o Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância — que o vosso trabalho ganha ainda maior visibilidade, força e urgência.

Abril lembra-nos que proteger uma criança não é apenas uma responsabilidade técnica, institucional ou legal. É um gesto profundamente humano. É um compromisso que nasce da convicção de que cada criança tem direito a crescer segura, amada, respeitada e livre de violência. É a certeza de que cada jovem merece oportunidades, escuta, orientação e esperança.

O laço azul, que hoje nos une, não é apenas um símbolo. É um apelo. É um lembrete de que a proteção não se faz apenas com palavras, mas com ações concretas, com vigilância atenta, com coragem para intervir, com sensibilidade para acolher, com persistência para acompanhar. É um laço que nos convoca a todos — famílias, escolas, instituições, comunidade — para sermos parte ativa desta missão.

A Comissão tem sido, ao longo do tempo, um farol de cuidado e de presença. Um espaço onde se olha para cada caso com humanidade, onde se procura cada solução com rigor, onde se acredita que nenhuma criança é “apenas mais uma”. O vosso trabalho transforma vidas. Muitas vezes de forma silenciosa, discreta, quase invisível — mas sempre essencial.

Que este mês de abril nos inspire a reforçar o compromisso coletivo. Que nos lembre que prevenir maus-tratos é proteger o futuro. Que nos motive a criar ambientes mais seguros, mais atentos e mais afetivos. Que nos faça olhar para cada criança e jovem como alguém que merece o melhor que a sociedade pode oferecer.

Pelas nossas crianças e jovens — hoje, amanhã e sempre. Que o laço azul continue a unir-nos, a mobilizar-nos e a lembrar-nos daquilo que realmente importa: garantir que cada infância seja vivida com dignidade, proteção e amor.

Esta Saudação, depois de aprovada deverá ser remetida para:

1. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Protecção das Crianças e Jovens;
2. Comissão de Protecção de Crianças e Jovens Alcochete;
3. Agrupamento de Escolas de Alcochete;
4. Área Metropolitana de Lisboa;
5. CIM – Península de Setúbal;
6. Assembleia Municipal de Alcochete;
7. Juntas de Freguesia do Concelho de Alcochete;
8. Órgãos de Comunicação Social;
9. Agrupamento de Escolas de Alcochete.»

Submetida à discussão e votação, a Saudação foi aprovada por unanimidade.

Pela senhora vereadora Maria Eugénia Murjal foi apresentado o seguinte Voto de Saudação:

– Aos Antigos Combatentes

«No passado dia 9 de abril assinalou-se o Dia do Combatente, data de profundo significado nacional que evoca a Batalha de La Lys, travada em 1918 e homenageia todos os militares portugueses que, ao longo da nossa História, serviram Portugal em contexto de guerra, conflito ou missão operacional.

Trata-se de uma ocasião de memória, gratidão e justiça para com aqueles que, em diferentes gerações, colocaram o dever, a coragem e o espírito de missão acima do interesse pessoal, muitas vezes com elevado sacrifício físico, emocional e familiar.

Ao longo do século XX e já no século XXI, milhares de portugueses foram chamados a servir a Pátria em diversos teatros de operações, desde a Primeira Guerra Mundial às campanhas no Ultramar, bem como em missões internacionais de paz e cooperação no quadro dos compromissos externos do Estado português. Muitos perderam a vida. Outros regressaram marcados para sempre por ferimentos, incapacidades permanentes ou traumas invisíveis, como a perturbação de stress pós-traumático.

Importa igualmente reconhecer que, durante largos anos, numerosos antigos combatentes não receberam o apoio social, clínico e institucional compatível com os serviços prestados ao país. Muitos enfrentaram dificuldades no regresso à vida civil, no emprego, na saúde e no reconhecimento público que lhes era devido.

Também no concelho de Alcochete residem antigos combatentes e respetivas famílias, cidadãos que integram a nossa comunidade e cujo percurso de vida merece respeito e consideração. Alcochete, terra de forte ligação às Forças Armadas e à Defesa Nacional, tem especiais razões para valorizar esta memória e esta herança de serviço.

Saudar os antigos combatentes não é apenas recordar o passado. É afirmar valores permanentes: patriotismo, honra, responsabilidade, solidariedade e respeito por quem serviu Portugal.

Assim, a Câmara Municipal de Alcochete, reunida em sessão ordinária de 29 de Abril de 2026:

- 1 Saúda todos os Antigos Combatentes portugueses, reconhecendo o seu contributo para a defesa de Portugal, a sua coragem e o seu sentido de dever;
- 2 Presta homenagem à memória de todos aqueles que tombaram ao serviço da Nação;
- 3 Manifesta solidariedade para com todos os ex-combatentes que enfrentaram ou enfrentam dificuldades físicas, psicológicas, sociais ou económicas resultantes do serviço prestado;
- 4 Saúda a Câmara Municipal de Alcochete o trabalho desenvolvido neste âmbito e que prossiga as iniciativas de reconhecimento público e valorização da memória dos Antigos Combatentes residentes no concelho;
- 5 Pede a publicação em todos os meios oficiais, o envio ao Estado Maior das Forças Armadas, à Liga Nacional dos Combatentes, à Associação dos Deficientes das Forças Armadas, ao Ministério da Defesa Nacional, ao Primeiro-Ministro e ao Presidente da República Portuguesa.»

Submetida à discussão o senhor vereador João Marques lembrou que houve um Governo em que um Ministro da Defesa decidiu, em boa hora, criar um mecanismo de compensação para os antigos combatentes, sublinhando que foi positivo que o estatuto do Antigo Combatente tenha sido reconhecido e implementado naquela altura, destacando a importância desse reconhecimento para todos os que serviram o país.

A senhora vereadora Raquel Prazeres recordou que a Saudação em discussão fazia referência à Primeira Guerra Mundial, ocorrida em 1918, salientando que Portugal participou nesse conflito, contudo observou que naturalmente, já não existe qualquer combatente vivo que tenha estado presente na Primeira Guerra Mundial, sendo evidente que todos os que combateram naquela época já faleceram.

Referindo-se ao texto da Saudação, destacou que nele se afirmava que os antigos combatentes não receberam apoio social, clínico ou institucional compatível com os serviços prestados ao país. Acrescentou, porém, que era necessário contextualizar historicamente, lembrando que se tratava de 1918, uma época com realidades sociais e políticas completamente diferentes, em que não existiam compensações deste tipo em lado algum.

Mencionando o património memorial existente, referiu a estátua situada na avenida da Liberdade dedicada ao combatente desconhecido, simbolizando todos os que morreram pela pátria na Primeira Guerra Mundial. Contudo, observou que a redação da Saudação parecia sugerir que ainda existiriam combatentes vivos dessa guerra, quando, na verdade, os únicos antigos combatentes ainda vivos são os que participaram na Guerra Colonial, antes do 25 de Abril, sendo esses que continuam a aguardar compensações e a apresentar reivindicações.

Afirmou que o texto utilizava expressões como “enfrentam dificuldades físicas e psicológicas”, quando, no caso dos combatentes de 1918, deveriam ser formuladas no passado, uma vez que esses militares enfrentaram tais dificuldades, mas já não estão vivos, considerando que esta incongruência tornava o texto pouco rigoroso.

Expressou que tem alguma dificuldade com este tipo de saudações, sobretudo quando a senhora vereadora Maria Eugénia Murjal, autora do documento, costuma afirmar que se foca nos problemas de Alcochete, não lhe parecendo que este seja um problema do concelho, sublinhando que não existe em Alcochete qualquer ex-combatente da Primeira Guerra Mundial que possa ser hoje compensado. Reconheceu, no entanto, o valor simbólico das cerimónias anuais realizadas junto à estátua na avenida da Liberdade, onde o soldado desconhecido representa todos os que lutaram pela pátria, deixando as suas famílias e merecendo o reconhecimento nacional.

O senhor presidente, esclareceu que a Saudação apresentada se referia não apenas à Primeira Guerra Mundial, mas também às campanhas militares no ultramar, abrangendo várias ações em que muitos homens, ainda vivos, estiveram ao serviço do país. Indicou que a referência ao dia 9 de abril se relacionava diretamente com a Batalha de La Lys, cuja evocação está associada ao Dia do Combatente.

A senhora vereadora Raquel Prazeres afirmou que o texto referia especificamente os combatentes da batalha travada em 1918, salientando que estes enfrentaram e, não enfrentam, dificuldades físicas e psicológicas, uma vez que já não existem sobreviventes desse conflito. Observou que a Saudação menciona, no 1.º parágrafo, a Primeira Guerra Mundial e no 3.º parágrafo, tanto a Primeira Guerra Mundial como as campanhas no Ultramar, considerando que esta referência a acontecimentos de há mais de um século lhe causa alguma estranheza.

Acrescentou que valoriza profundamente os combatentes, recordando que o seu pai foi militar no Ultramar, na Guiné-Bissau, onde viveu experiências muito duras e que, apesar de nunca ter falado dos traumas, certamente os tinha. Referiu ainda que muitos combatentes foram obrigados a ir para a guerra e que, na Primeira Guerra Mundial, muitos foram tratados como “carne para canhão”.

O senhor presidente aludiu que ninguém sugerira que a senhora vereadora Raquel Prazeres estivesse a desvalorizar os combatentes, acrescentando que todos os membros do Executivo, são livres de apresentar Votos de Saudação ou Moções, que depois são discutidos em reunião.

A senhora vereadora Maria Eugénia Murjal elucidou que embora o Voto de Saudação evoque a Batalha de La Lys, o Dia do Combatente engloba todos os militares que serviram o país, não apenas os que participaram naquela batalha. Acrescentou que, ao falar dos combatentes da Primeira Guerra Mundial, não se pode ignorar os traumas geracionais, as consequências familiares e tudo aquilo que se transmite de geração em geração, sublinhando que o Voto de Saudação abrange tanto o século XX como o século XXI, lembrando que existem atualmente portugueses envolvidos em conflitos internacionais.

Concluiu afirmando que a Saudação pretende homenagear todos os combatentes que lutaram pelos valores da pátria.

Submetida à votação, o Voto de Saudação foi aprovado por unanimidade.

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte Moção:

- Em Defesa dos Valores do Serviço Nacional de Saúde e da Proximidade dos Cuidados à População

«A Câmara Municipal de Alcochete, reunida em sessão ordinária, manifesta a sua profunda valorização pelos princípios e valores que orientam o Serviço Nacional de Saúde, consagrado como um dos pilares fundamentais da democracia portuguesa e como instrumento decisivo de igualdade, justiça social e coesão territorial.

O SNS nasceu com o propósito de garantir que todas as pessoas, independentemente da sua condição económica, local de residência ou contexto social, tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade. Este princípio de universalidade, aliado à gratuitidade tendencial e à equidade no acesso, constitui uma das maiores conquistas coletivas da sociedade portuguesa.

Ao longo das décadas, o SNS tem sido um fator de progresso, de redução de desigualdades e de proteção das populações mais vulneráveis. A proximidade dos serviços de saúde, especialmente em áreas como a obstetrícia e a ginecologia, é essencial para assegurar segurança clínica, acompanhamento adequado e tranquilidade às famílias, particularmente às mulheres grávidas e às crianças.

Face às recentes medidas de encerramento de urgências de obstetrícia e ginecologia, nomeadamente no Barreiro e em Vila Franca de Xira, várias entidades e cidadãos têm manifestado preocupação quanto ao impacto destas decisões na vida das populações. Diversas análises e declarações públicas referem que estas medidas podem aumentar

desigualdades territoriais, criar riscos acrescidos em situações de urgência e afastar os serviços de quem deles mais necessita, privilegiando soluções centralizadas em detrimento da proximidade.

No nosso concelho, infelizmente, deparamo-nos com uma situação que se arrasta e que é exemplo dos problemas e das desigualdades provocadas pela falta de proximidade dos serviços de saúde. Não podíamos deixar de reiterar a nossa profunda preocupação com a falta de médicos e enfermeiros na Extensão de Saúde do Samouco.

A população do Samouco não pode continuar a ser privada de um direito fundamental, nomeadamente, o acesso a cuidados de saúde primários. É urgente que esta população possa ter médico de família atribuído, que lhes sejam assegurados serviços de vacinação, pensos e acompanhamento de doenças crónicas.

A saúde não pode ser vista como um número estatístico, mas como um serviço essencial à dignidade humana e por isso, acessível a todos.

Reconhecendo a complexidade dos desafios que o SNS enfrenta, mas também a importância de preservar o seu carácter universal e territorialmente equilibrado, a Câmara Municipal de Alcochete entende que é essencial promover uma reflexão aprofundada e responsável sobre estas decisões.

Assim, a Câmara Municipal de Alcochete delibera:

1. Reafirmar o seu compromisso com os valores fundamentais do Serviço Nacional de Saúde, enquanto instrumento de igualdade, coesão social e garantia de direitos;
2. Expressar preocupação com o encerramento das urgências de obstetrícia e ginecologia, atendendo aos impactos que diversas entidades e cidadãos têm identificado relativamente ao aumento das distâncias percorridas, ao risco clínico e à perda de proximidade dos cuidados;

3. Solicitar ao Estado e às entidades competentes a reapreciação das medidas adotadas, ponderando alternativas que salvaguardem a segurança das populações, a equidade territorial e a continuidade dos serviços essenciais;
4. Defender soluções que reforcem a proximidade, valorizem os profissionais de saúde e garantam que todas as pessoas, independentemente do local onde vivem, possam aceder a cuidados de saúde adequados, atempados e humanizados;
5. Promover, no âmbito municipal, iniciativas de diálogo e cooperação com instituições de saúde, profissionais e comunidade, contribuindo para uma abordagem construtiva e centrada no interesse público.

A câmara municipal reafirma que a defesa do SNS é também a defesa da democracia, da dignidade humana e da coesão do país. A proximidade dos cuidados de saúde não é um privilégio: é um direito que importa preservar.

Esta Moção, depois de aprovada deverá ser remetida para:

1. Sua Exa. Sr. Presidente da República;
2. Sua Exa. Sr. Primeiro-Ministro;
3. Sua Exa. Sra. Ministra da Saúde;
4. Grupos Parlamentares da AR;
5. Área Metropolitana de Lisboa;
6. CIM-Península de Setúbal;
7. Assembleia Municipal de Alcochete;
8. Juntas de Freguesia do Concelho de Alcochete;
9. ULSAR – Arco Ribeirinho;

10. Órgãos de Comunicação Social.»

Submetida à discussão a senhora vereadora Raquel Prazeres afirmou que a Moção apresentada tinha toda a pertinência, sublinhando que a situação dos serviços de saúde tem sido acompanhada ao longo dos anos e que infelizmente não tem registado melhorias.

Partilhou que sendo utente do Centro de Saúde do Samouco e integrando a respetiva Comissão de Utentes, aproveitava a ocasião para convidar todos os presentes a participarem, no dia 9 de maio, pelas 10h30, numa tribuna pública na praça da República, no Samouco, destinada a reivindicar melhores condições de acesso à saúde. Informou que a iniciativa contaria com a presença da comunicação social e com o apoio institucional da Junta de Freguesia do Samouco, bem como do Executivo da Câmara, que já manifestara disponibilidade para estar presente.

Recordou que no passado chegou a ser equacionado o encerramento do Centro de Saúde do Samouco devido à degradação do edifício onde funcionavam as consultas, explicando que na altura, o Executivo municipal decidiu realizar obras no antigo lavadouro do Samouco, criando um equipamento com todas as condições exigidas pelo Ministério da Saúde, incluindo 2 gabinetes médicos, 2 gabinetes de enfermagem e demais espaços de apoio. Lamentou, contudo, que apesar das condições existentes, o Centro de Saúde não disponha de profissionais de saúde, considerando que tal resulta de uma política de concentração de serviços que, no seu entendimento, prejudica a população.

Expôs que a Península de Setúbal registou recentemente um aumento da taxa de mortalidade infantil, ultrapassando a média nacional, o que classificou como profundamente preocupante e revelador de falhas nos cuidados de saúde.

Concluiu apelando à participação de todos na iniciativa de 9 de maio, defendendo que a população não deve aceitar a perda de direitos nem retrocessos na área da saúde.

O senhor presidente afirmou que a centralização dos serviços de saúde poderia, em teoria, ser uma medida extraordinária, mas que na prática, não o é. Exemplificou com o caso de um

residente em Canha que necessite de deslocar-se ao Hospital Garcia de Orta, percorrendo cerca de 76 km's, sublinhando que esta unidade hospitalar, anteriormente considerada uma referência na saúde pública, enfrenta agora diversos problemas devido à concentração de utentes.

Referindo-se ao Samouco, afirmou que a preservação dos serviços essenciais deve unir todos, independentemente das ideologias políticas, considerando a saúde um bem absolutamente indisputável.

A senhora vereadora Maria Eugénia Murjal, referiu que apesar das diferenças de perspetiva entre partidos, especialmente no que respeita ao acesso universal ao Serviço Nacional de Saúde, associava-se à Moção apresentada, defendendo que é fundamental garantir o acesso dos alcochetanos aos cuidados de saúde, enquanto contribuintes e cidadãos portugueses.

Submetida à votação, a Moção foi aprovada por unanimidade.

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte Moção:

- A Perenidade dos Valores de Abril

«A Câmara Municipal de Alcochete, reunida em sessão ordinária, evoca com respeito e profunda consciência histórica o legado do 25 de Abril, marco fundador da democracia contemporânea em Portugal e referência maior de liberdade, justiça social e dignidade humana.

O 25 de Abril não é apenas uma data inscrita no calendário. É uma conquista coletiva, nascida da coragem de mulheres e homens que recusaram a resignação e abriram caminho a um país mais livre, mais plural e mais humano. É também um compromisso permanente com a defesa dos direitos fundamentais, com a igualdade de oportunidades e com a participação cívica como pilares de uma sociedade democrática.

Os valores de Abril - Liberdade, democracia, solidariedade, igualdade, respeito pela diversidade e responsabilidade cívica — não pertencem ao passado. São valores vivos, que exigem vigilância, memória e ação quotidiana. A democracia não se esgota no ato eleitoral; constrói-se todos os dias, na forma como nos relacionamos, como participamos, como exigimos transparência e como cuidamos do bem comum.

Por isso, esta câmara municipal reafirma que a memória de Abril é um património que jamais podemos perder. É uma herança que deve ser transmitida às gerações mais jovens, não como um ritual distante, mas como uma inspiração concreta para a vida em comunidade, para o exercício da cidadania e para a defesa dos direitos que hoje consideramos naturais, mas que foram arduamente conquistados.

Assim, a Câmara Municipal de Alcochete delibera:

1. Reafirmar o compromisso com os valores democráticos consagrados pelo 25 de Abril, continuando a promover políticas locais que reforcem a participação cívica, a transparência e a proximidade com os cidadãos;
2. Valorizar e preservar a memória histórica de abril, apoiando iniciativas culturais, educativas e comunitárias que contribuam para a sua divulgação e compreensão;
3. Reconhecer a importância da liberdade e da democracia como fundamentos essenciais da vida coletiva, defendendo-os de todas as formas de desvalorização, esquecimento ou banalização;
4. Assumir o dever de lembrar abril todos os dias, não apenas como celebração, mas como responsabilidade ética e política perante o futuro.

Que esta Moção seja a expressão do nosso compromisso com uma democracia viva, participada e consciente - Uma democracia que honra o passado, responde ao presente e prepara o futuro.

Esta Moção, depois de aprovada deverá ser remetida para:

1. Sua Exa. Sr. Presidente da República;
2. Sua Exa. Sr. Primeiro-Ministro;
3. Grupos Parlamentares da AR;
4. Área Metropolitana de Lisboa;
5. CIM- Península de Setúbal;
6. Assembleia Municipal de Alcochete;
7. Juntas de Freguesia do Concelho de Alcochete;
8. Órgãos de Comunicação Social.»

Submetida à discussão, a senhora vereadora Raquel Prazeres valorizou a Moção apresentada pelo senhor presidente, afirmando que esta sublinhava a responsabilidade ética e política que todos têm para com o futuro, afirmando que é essencial recordar o que aconteceu no passado, preservando a memória dos acontecimentos negativos para que não se repitam e destacando o que ocorreu de positivo, considerando, por isso, a Moção particularmente relevante.

Submetida à votação, a Moção foi aprovada por maioria, com 6 votos a favor (4 do PS, 1 do CDS-PP e 1 da CDU) e 1 voto contra do CHEGA.

A senhora vereadora Maria Eugénia Murjal apresentou a seguinte declaração de voto, em nome do CHEGA:

«A vereação do CHEGA na Câmara Municipal de Alcochete vota contra a proposta do PS, não por não valorizarmos o 25 de Abril de 1974, mas precisamente porque o valorizamos na sua totalidade histórica e democrática.

A Moção apresentada procura, uma vez mais, transformar o 25 de Abril numa celebração parcial, ideológica e incompleta, ignorando deliberadamente que a democracia portuguesa só se consolidou verdadeiramente com o 25 de Novembro de 1975.

Depois de Abril, Portugal viveu um período de enorme instabilidade política e social, conhecido como Processo Revolucionário em Curso, marcado por nacionalizações forçadas, ocupações ilegais, tentativas de controlo da comunicação social e ameaças à liberdade política e económica. Foi nesse contexto que o 25 de Novembro representou a afirmação definitiva da democracia pluralista, do Estado de direito e das liberdades fundamentais.

Abril foi o fim de uma ditadura, mas também o início de uma Revolução de Esquerda que lançou a nossa Nação para um abismo do qual só começou a recuperar-se a 25 de Novembro, com a verdadeira instituição da democracia.

Ignorar o 25 de Novembro é ignorar parte essencial da nossa democracia.

Ignorar o 25 de Novembro é ignorar o momento em que Portugal rejeitou uma deriva revolucionária e escolheu a democracia representativa.

Ignorar o 25 de Novembro é, no fundo, querer contar apenas metade da história.

O CHEGA entende que o 25 de Abril pertence a todos os portugueses e foi o início do caminho da liberdade e não pode ser apropriado por uma visão ideológica ou partidária.»

O senhor presidente, expôs que a declaração de voto apresentada pela senhora vereadora Maria Eugénia Murjal se aproximava, na forma e no conteúdo, de uma Moção. Sugeriu que, numa próxima ocasião, em vez de apresentar uma declaração de voto, pudesse ser apresentada uma Moção propriamente dita, permitindo a participação de todos na discussão e na respetiva votação.

Recordou que a Moção apresentada pelos eleitos do Partido Socialista se referia exclusivamente ao 25 de Abril, data que estava a ser comemorada, acrescentando que,

quando chegasse o 25 de Novembro, poderia eventualmente ser apresentada uma Moção relativa a essa data.

Reiterou que o 25 de Abril representa também a liberdade de cada um expressar aquilo que entende, mas sublinhou que as declarações de voto devem ser objetivas e concretas, justificando de forma sucinta o sentido de voto. Considerou, por isso, que a intervenção da senhora vereadora se aproximara mais de uma Moção do que de uma declaração de voto.

A senhora vereadora Ana Sofia Maduro afirmou que não comentaria a declaração de voto, por não ser o momento adequado para tal, propondo, contudo, que, numa próxima discussão de matéria semelhante, a senhora vereadora Maria Eugénia Murjal pudesse apresentar o texto que entendesse durante o debate da Moção, permitindo igualmente que existisse contraditório por parte de quem a apresenta e dos partidos representados na câmara municipal, considerando que essa solução garantiria maior equilíbrio e participação no processo deliberativo.

Pela senhora vereadora Raquel Prazeres foi apresentada a seguinte Moção:

- Comemorações do 25 de Abril

«A Câmara Municipal de Alcochete, reunida em sessão no dia 29 de abril de 2026, assinala a recente comemoração da Revolução do 25 de Abril de 1974, marco fundamental da história contemporânea portuguesa, que restituiu a liberdade ao povo português e abriu caminho à democracia e ao poder local democrático.

A câmara municipal saúda e valoriza as excelentes comemorações populares do 25 de Abril, com particular destaque para as celebrações realizadas na avenida da Liberdade, que reuniram um verdadeiro mar de gente, refletindo a forte participação popular e afirmando esta data como um momento vivo de celebração da liberdade, da democracia e da cidadania, com o envolvimento das associações, escolas e coletividades.

No ano em que se assinalam 50 anos da Constituição da República Portuguesa, reafirma-se o seu papel como pilar essencial da democracia e expressão maior dos valores de Abril.

A câmara municipal reafirma o seu compromisso com a defesa e concretização destes valores, promovendo a participação cívica e a valorização da memória histórica junto das gerações mais jovens.

Assim, a Câmara Municipal de Alcochete delibera:

1. Saudar o 25 de Abril de 1974 e homenagear todos os que lutaram pela liberdade e pela democracia;
2. Enaltecer as comemorações populares do 25 de Abril no nosso concelho e, em especial, as realizadas na avenida da Liberdade, pelo seu carácter participado e mobilizador;
3. Afirmar a Constituição da República Portuguesa como referência essencial da vida democrática;
4. Reafirmar o compromisso do município com os valores de Abril e a sua transmissão às gerações futuras.
5. Dar conhecimento desta Moção ao Presidente da República, Primeiro-Ministro, Grupos parlamentares da AR, AML, CIM - Península de Setúbal, AMA, Juntas de Freguesia do Concelho de Alcochete, Órgãos de Comunicação Social.

Viva o 25 de Abril! Viva a democracia! Viva a Constituição da República Portuguesa!»

Submetida à discussão o senhor vereador João Marques afirmou que as comemorações do 25 de Abril realizadas na avenida da Liberdade foram vividas sob perspetivas muito diferentes, apontando que segundo o que foi noticiado, não terá sido garantido o exercício pleno da liberdade a todos os partidos que quiseram participar no desfile, mencionando que alguns foram censurados, condenados e alvo de comportamentos ofensivos, o que no seu

entendimento não corresponde a uma prática democrática e considerando que não deveria ser enaltecido o tipo de tratamento que ali ocorreu, por não ter sido, na sua perspetiva, democrático nem igualitário.

Acrescentou que, por esse motivo, não poderia concordar com o 2.º ponto da deliberação, que destaca especificamente as comemorações realizadas na avenida da Liberdade, sublinhando que apesar de não ter estado presente, o que lhe foi transmitido pela comunicação social não lhe permitia reconhecer que ali tivesse ocorrido um verdadeiro exercício de liberdade.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares expressou a sua concordância com a análise apresentada pelo senhor vereador João Marques, afirmando que também assistira, através das notícias, ao tratamento ofensivo dirigido a um partido que desfilava na avenida da Liberdade, sugerindo, por isso, que o ponto 2 da deliberação fosse reformulado, caso a senhora vereadora Raquel Prazeres assim o entendesse, de modo a enaltecer as comemorações populares do 25 de Abril no concelho e no país, sem referência específica às realizadas na avenida da Liberdade.

Frisou que o 25 de Abril é um dia de todos, independentemente de ideologias, partidos ou crenças, tal como qualquer feriado nacional, sublinhando que todos devem poder manifestar-se livremente, sendo essa a essência dos valores de Abril. Reconheceu que ainda há caminho a percorrer para concretizar plenamente esses valores, mas considerou que as direções seguidas têm sido corretas. Recordou que cresceu a ouvir relatos sobre o passado e que não se deseja regressar a esse tempo.

Concluiu, afirmando que o 25 de Abril não deve tomar partidos, que a liberdade pertence a todos e que a avenida da Liberdade deve estar aberta a todas as pessoas, religiões e partidos, reafirmando o orgulho que sente na data e nos valores que representa.

A senhora vereadora Maria Eugénia Murjal, asseverou que mantinha o que referira na sua declaração de voto relativamente à Moção apresentada anteriormente pelo PS sobre o 25 de Abril. Considerou que tem existido uma banalização dos festejos associados à data, acompanhada de um gasto excessivo de recursos públicos.

Referiu que mesmo a nível municipal, constatara que fora contratada uma cantora para atuar uns minutos antes da 00:00 horas, na noite de 24 para 25 de abril, num contrato que segundo informação disponível no Portal Base, ascendia a €25.000,00, entendendo que numa câmara municipal que se encontra a definir prioridades e urgências, a Sessão Solene que classificou como maravilhosa, destacando o espetáculo do grupo coral do Montijo seria suficiente para assinalar a data.

Concluiu afirmando que o carácter folclórico e quase de arraial atribuído às comemorações contribui para banalizar um dia que, no seu entendimento, deveria ser revestido da maior solenidade.

O senhor presidente esclareceu que o espetáculo realizado no largo de São João não ocorrera “uns minutos antes da meia-noite”, mas sim entre as 22:00 horas e as 24:00 horas, envolvendo a atuação da artista Sara Correia e da Banda da Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898, num momento cultural de cerca de duas horas. Sublinhou que, embora o espetáculo tivesse custos, estes se justificavam como expressão da liberdade, da memória e da preservação da história, acrescentando que o largo de São João se encontrava completamente cheio, com o comércio local a agradecer o impacto positivo da iniciativa e que milhares de pessoas participaram com cravos vermelhos, evocando o sangue derramado pelos antepassados, juntamente com o verde da esperança presente na bandeira nacional.

Continuou explicando que o grupo coral (CRAM - Conservatório Regional de Artes do Montijo), referido pela senhora vereadora Maria Eugénia Murjal, não pertence apenas ao Montijo, mas também serve Alcochete, tal como sucede com outras entidades sediadas no Montijo, como a CERCIMA, recordando que a câmara municipal aprova apoios financeiros ao grupo coral através de Contratos-Programa.

A senhora vereadora Raquel Prazeres considerou ser importante clarificar a sua posição relativamente às comemorações do 25 de Abril na avenida da Liberdade, tema referido anteriormente pelo senhor vereador João Marques e pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares, declarando que esteve presente na avenida da Liberdade e que não

testemunhou qualquer dos episódios mencionados, sublinhando que as televisões mostram apenas partes e que não se pode reduzir o “mar de gente” presente a comportamentos isolados. Referiu que a maioria das pessoas que participa na manifestação não está organizada, indicando que esteve acompanhada pela sua família, incluindo crianças e que não presenciou qualquer agressividade.

Afirmou que repudia todas as manifestações de ódio e alertou para o perigo de discursos que desviam o foco e podem alimentar posições radicais, lembrando que há 2 anos, presenciou um episódio de violência protagonizado por um grupo de extrema-direita, que considerou verdadeiramente preocupante. Sublinhou que esse tipo de incidentes não deve ser usado para reduzir o significado das comemorações, que descreveu como um dia de alegria e de celebração, vivido por milhares de pessoas, referindo que amigos seus, incluindo um cidadão brasileiro e uma amiga holandesa, participaram nas comemorações e destacaram a sua dimensão e significado.

Concluiu apelando a que não se reduza o 25 de Abril a incidentes isolados, defendendo que se deve valorizar o que é bom e quem luta por um Portugal livre e democrático.

Submetida à votação, a Moção foi aprovada por maioria, com 5 votos a favor (4 do PS e 1 da CDU) e 2 votos contra (1 do CDS-PP e 1 do CHEGA).

A senhora vereadora Raquel Prazeres apresentou a seguinte declaração de voto, em nome da CDU:

«A minha declaração de voto vem no sentido de alertar as forças democráticas para os sentidos de voto que colocam, porque o que fica aqui presente é que o CDS votou contra uma Moção do 25 de Abril, não é com certeza por ter havido violências durante a manifestação e o que passa senhor vereador, infelizmente é que votou contra uma Moção do 25 de Abril.»

A senhora vereadora Maria Eugénia Murjal apresentou a seguinte declaração de voto, em nome do CHEGA:

«A vereação do CHEGA na Câmara Municipal de Alcochete vota contra a proposta da CDU, não por não valorizarmos o 25 de Abril de 1974, mas precisamente porque o valorizamos na sua totalidade histórica e democrática.

A Moção apresentada procura, uma vez mais, transformar o 25 de Abril numa celebração parcial, ideológica e incompleta, ignorando deliberadamente que a democracia portuguesa só se consolidou verdadeiramente com o 25 de Novembro de 1975.

Depois de Abril, Portugal viveu um período de enorme instabilidade política e social, conhecido como Processo Revolucionário em Curso, marcado por nacionalizações forçadas, ocupações ilegais, tentativas de controlo da comunicação social e ameaças à liberdade política e económica. Foi nesse contexto que o 25 de Novembro representou a afirmação definitiva da democracia pluralista, do Estado de direito e das liberdades fundamentais.

Abril foi o fim de uma ditadura, mas também o início de uma Revolução de Esquerda que lançou a nossa Nação para um abismo do qual só começou a recuperar-se a 25 de Novembro, com a verdadeira instituição da democracia.

Ignorar o 25 de Novembro é ignorar parte essencial da nossa democracia.

Ignorar o 25 de Novembro é ignorar o momento em que Portugal rejeitou uma deriva revolucionária e escolheu a democracia representativa.

Ignorar o 25 de Novembro é, no fundo, querer contar apenas metade da história.

O CHEGA entende que o 25 de Abril pertence a todos os portugueses e foi o início do caminho da liberdade e não pode ser apropriado por uma visão ideológica ou partidária.»

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte Moção:

- 1.º de Maio – Dia do Trabalhador

«A Câmara Municipal de Alcochete, reunida em sessão ordinária, assinala o 1.º de Maio – Dia do Trabalhador, data que simboliza a luta histórica pelos direitos laborais, pela dignidade no trabalho e pela construção de sociedades mais justas e solidárias.

O 1.º de Maio recorda-nos que o progresso social nunca é obra do acaso. É fruto da dedicação, da coragem e da persistência de gerações de trabalhadores que, com o seu esforço diário, sustentam o desenvolvimento económico, a coesão social e o funcionamento das instituições democráticas.

Entre estes trabalhadores, merecem especial reconhecimento os funcionários públicos, cuja missão é garantir que o Estado serve todos os cidadãos com equidade, eficiência e humanidade. São profissionais que asseguram a educação, a saúde, a segurança, a proteção social, a cultura, o ambiente, a administração local e tantos outros serviços essenciais que estruturam a vida coletiva. Muitas vezes enfrentam desafios complexos, recursos limitados e exigências crescentes, mas mantêm o compromisso com o interesse público e com a qualidade do serviço prestado.

Neste dia, reafirmamos que valorizar o trabalho significa:

- Defender condições laborais dignas, seguras e justas;
- Promover a conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar;
- Reconhecer o mérito, a formação contínua e a progressão na carreira;
- Garantir que o setor público dispõe dos meios necessários para cumprir a sua missão;
- Reforçar o diálogo social como instrumento de construção de soluções equilibradas e duradouras.

A câmara municipal expressa o seu profundo apreço por todos os trabalhadores do concelho - do setor público e privado - que, com o seu empenho, contribuem diariamente para o bem-estar da comunidade e para o desenvolvimento sustentável do nosso território.

Assim, a Câmara Municipal de Alcochete delibera:

1. Saudar todos os trabalhadores, reconhecendo o seu papel insubstituível na construção de uma sociedade mais justa, solidária e próspera;
2. Homenagear os funcionários públicos, destacando o seu contributo essencial para o funcionamento do Estado e para a qualidade dos serviços prestados à população;
3. Reafirmar o compromisso com políticas locais que promovam trabalho digno, igualdade de oportunidades, valorização profissional e respeito pelos direitos laborais,
4. Associar-se às comemorações do 1.º de Maio, incentivando a participação cívica e o reconhecimento público da importância do trabalho.

Que este 1.º de Maio seja não apenas um momento de celebração, mas também de reflexão e renovação do compromisso coletivo com a dignidade humana, a justiça social e o valor do trabalho.

Esta Moção, depois de aprovada deverá ser remetida para:

1. Sua Exa. Sr. Presidente da República;
2. Sua. Exa. Sr. Primeiro-Ministro;
3. Grupos Parlamentares da AR;
4. Área Metropolitana de Lisboa;
5. CIM - Península de Setúbal;

6. Assembleia Municipal de Alcochete;
7. Juntas de Freguesia do Concelho de Alcochete;
8. Órgãos de Comunicação Social.»

Submetida à discussão a senhora vereadora Maria Eugénia Murjal afirmou que existe uma desigualdade significativa entre trabalhadores do setor privado e do setor público, enaltecendo particularmente os primeiros, por entender que não beneficiam das mesmas regalias e condições que muitos trabalhadores do setor público possuem. Acrescentou que são também os trabalhadores do setor privado que contribuem diariamente para a dinamização da economia nacional, sustentando o país através da sua atividade produtiva e dos impostos que pagam. Considerou que grande parte da máquina do Estado não é produtiva do ponto de vista económico, sendo os operadores privados os que impulsionam o crescimento e o equilíbrio orçamental.

O senhor presidente sublinhou que a Moção apresentada expressa o apreço por todos os trabalhadores do concelho, tanto do setor público, como do setor privado, reconhecendo o empenho de ambos na promoção do bem-estar da comunidade e do desenvolvimento sustentável do país. Expressou que ficara surpreendido com a afirmação de que o setor público teria melhores condições do que o setor privado, esclarecendo que embora o setor público tenha evoluído positivamente na última década, continua a estar muito distante das condições praticadas no setor privado. Considerou, por isso, que a comparação entre ambos não é justa, nem adequada, por não serem realidades comparáveis.

A senhora vereadora Ana Sofia Maduro afirmou que enquanto trabalhadora do setor público, pretendia esclarecer que o Estado, enquanto máquina administrativa e financeira, não tem como função ser um motor económico. Explicou que as autarquias locais, enquanto entidades com autonomia administrativa e financeira, existem para prestar serviços públicos de forma eficiente, não para gerar lucro. Sublinhou que embora possam ser empregadoras de um número significativo de trabalhadores, não desempenham o papel económico que cabe ao setor privado. Considerou, por isso, que existe uma confusão conceptual no discurso

anterior, defendendo que as duas realidades não devem ser comparadas, por serem de natureza distinta.

Submetida à votação, a Moção foi aprovada por unanimidade.

Pela senhora vereadora Raquel Prazeres foi apresentada a seguinte Moção:

– 1.º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador

«A Câmara Municipal de Alcochete, reunida em sessão no dia 29 de abril de 2026, assinala o 1.º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador, data de profunda importância histórica e simbólica na luta pelos direitos laborais, sociais e humanos, conquistados através da ação e mobilização dos trabalhadores.

O 1.º de Maio é um momento de afirmação da dignidade do trabalho e de defesa de direitos fundamentais, como o emprego com direitos, salários dignos, horários de trabalho justos, segurança no emprego e proteção social.

Num contexto marcado pela apresentação de um pacote laboral que coloca em risco direitos duramente conquistados, importa reafirmar os valores da justiça social, do respeito pelos direitos dos trabalhadores e do cumprimento da Constituição da República Portuguesa, que consagra o trabalho como um direito e um pilar fundamental da democracia.

A câmara municipal sublinha a importância da participação cívica e da mobilização coletiva, apelando à presença de todos nas iniciativas e comemorações do 1.º de Maio, como expressão legítima de defesa dos direitos, das condições de vida e da valorização do trabalho.

Assim, a Câmara Municipal de Alcochete delibera:

1. Assinalar o 1.º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador, enquanto data maior da luta pelos direitos dos trabalhadores;

2. Manifestar preocupação perante medidas e opções que coloquem em causa direitos laborais conquistados;
3. Reafirmar a importância do respeito pela Constituição da República Portuguesa e pelos direitos dos trabalhadores;
4. Convidar todos os trabalhadores e a população em geral a participar nas comemorações e iniciativas do 1.º de Maio, como expressão de afirmação democrática e de defesa dos direitos sociais;
5. Dar conhecimento desta Moção ao Presidente da República, ao Governo, aos partidos com assento na Assembleia da República.

Viva o 1.º de Maio! Viva os trabalhadores! Viva a democracia!»

Submetida à discussão o senhor vereador João Marques afirmou que se congratulava com a posição expressa na Moção relativamente ao pacote laboral que, no seu entendimento, coloca em risco direitos duramente conquistados pelos trabalhadores, acrescentando que, apesar de pertencer a uma força política que sustenta o atual Governo, não se revia na forma como estavam a ser conduzidas as reformas laborais, considerando que estas se ressentem de opções que podem fragilizar a proteção dos trabalhadores, tendo recordado que as conquistas laborais foram muitas e que por vezes, determinadas formulações presentes em Decretos-Lei ou propostas legislativas podem ocultar de forma subliminar, mecanismos que facilitam a precarização da vida de um trabalhador, de uma família ou da própria sociedade.

Concluiu afirmando que, ao analisar o segundo ponto da deliberação, “manifestar preocupação perante medidas e opções que colocam em causa os direitos laborais conquistados”, considera essencial manter vigilância e atenção sobre estas matérias, reiterando a importância de defender os direitos dos trabalhadores.

Submetida à votação, a Moção foi aprovada por unanimidade.

Pela senhora vereadora Maria Eugénia Murjal foi apresentada a seguinte Moção:

- Pelo reconhecimento das Associações, Escolas, Ranchos e Grupos de Dança do concelho de Alcochete por ocasião do Dia Mundial da Dança

«Considerando que:

A dança constitui uma das mais antigas e universais formas de expressão cultural, artística e identitária dos povos, assumindo um papel fundamental na preservação das tradições, na promoção da criatividade e no fortalecimento dos laços comunitários;

No concelho de Alcochete, diversas associações culturais, escolas de dança, ranchos folclóricos e grupos informais e profissionais desenvolvem, com dedicação e esforço contínuo, atividades que enriquecem a vida cultural local e contribuem para a formação artística de crianças, jovens e adultos;

Os ranchos folclóricos desempenham um papel essencial na preservação das tradições ribatejanas e da identidade local, mantendo vivas danças, cantares, trajes e costumes ancestrais;

As escolas e grupos de dança contemporânea, urbana, clássica e outras vertentes contribuem para a dinamização cultural, promovendo estilos diversos e fomentando a inclusão, a disciplina e o desenvolvimento pessoal;

Muitas destas entidades operam com recursos limitados, baseando-se frequentemente no voluntariado, na dedicação dos seus membros e no apoio da comunidade;

O Dia Mundial da Dança representa uma oportunidade simbólica para reconhecer publicamente o contributo de todos os que, através da dança, enriquecem o concelho.

Assim, a vereação do CHEGA na Câmara Municipal de Alcochete propõe que:

1. Seja aprovado um voto de reconhecimento e agradecimento a todas as associações, escolas, ranchos folclóricos e grupos de dança - formais e informais - que desenvolvem a sua atividade no concelho de Alcochete;
2. Seja destacado o papel fundamental destas entidades na: promoção da cultura local; preservação das tradições; formação artística e pessoal dos munícipes; dinamização social e comunitária;
3. Seja reforçada, por parte do município, a valorização e visibilidade destas estruturas culturais, incentivando:
 - a divulgação das suas atividades;
 - o acesso mais facilitado às instalações públicas para o exercício periódico da sua atividade e a concretização de eventos pontuais;
 - o apoio institucional dentro das possibilidades do município;
 - a criação de iniciativas que celebrem a dança nas suas diversas formas;
4. Seja dado conhecimento público desta Moção nos canais oficiais do município e junto das entidades reconhecidas, como forma de valorização do seu trabalho e incentivo à continuidade da sua missão.

Submeta-se a votação e inscreva-se em Ata.»

Submetida à discussão e votação, a Moção foi aprovada por unanimidade.

C. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €1.570.476,06 (um milhão, quinhentos e setenta mil, quatrocentos e setenta e seis euros e seis cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente informou que entre os dias 01/04/2026 e 28/04/2026, autorizou o pagamento da despesa, no montante de €2.426.528,60 (dois milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, quinhentos e vinte e oito euros e sessenta cêntimos) conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 1236 ao n.º 1493.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação de atas:

- **Ata da reunião ordinária realizada em 17 de dezembro de 2025**

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1. Contrato de Doação de um conjunto de peças de Ana Paula Gonçalves Costa

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando:

- que Ana Paula Gonçalves Costa se propõe doar ao Município de Alcochete um conjunto de peças, de que é proprietária;
- que é interesse do Município de Alcochete a aceitação da referida proposta de doação, porquanto as peças em causa enriquecerão o acervo do Museu Municipal de Alcochete.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

- aceitar a doação das peças referidas, que se destinam a integrar o acervo do Museu Municipal;
- aprovar a minuta de contrato de doação, que se anexa e que faz parte integrante da presente proposta.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Contrato de Doação, como **Doc. 1**.

4.2. Ratificação do Despacho n.º 20/2026 – Autorização para consultar as entidades bancárias para apresentação de propostas para a contração de um empréstimo de médio e longo prazo no valor de €2.308.000,00

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Pelo Despacho mencionado em epígrafe, datado de 23 de abril de 2026 foi aprovada a autorização para consultar as entidades bancárias para apresentação de propostas para a contração de um empréstimo de médio e longo prazo no valor de €2.308.000,00, cujos documentos se submetem a ratificação da câmara municipal, de harmonia com o n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assim, proponho a aprovação referente a esta deliberação.»

Submetida à discussão, o senhor presidente esclareceu que o ponto em apreciação dizia respeito à ratificação de um Despacho previamente autorizado por si, salientando que a proposta seguinte tinha natureza idêntica, distinguindo-se apenas pelo valor e pelo objeto das respetivas intervenções.

Continuou explicando que o que estava em discussão e votação era a autorização para consulta às entidades bancárias, com vista à contratação de financiamento nos montantes definidos, sublinhando que o Município de Alcochete atravessa um momento decisivo, marcado por transformações significativas no território, no crescimento das famílias, na vitalidade económica e na pressão sobre infraestruturas e serviços. Estas circunstâncias exigem respostas firmes, planeadas e capazes de garantir que o concelho continue a ser um espaço de oportunidades, com qualidade de vida e motivo de orgulho para todos.

Referiu que a população tem sido clara nas suas aspirações, mais investimento público, maior capacidade de resposta municipal, mais qualidade no espaço urbano e mais equipamentos que sirvam todas as gerações, sendo nesse contexto que o município apresenta a proposta de autorização para consulta à banca, com vista à contratação de financiamento no valor de €3.000.000,00. Frisou que este investimento não é um fim em si mesmo, mas um instrumento para acelerar projetos que a população reivindica há muito, nomeadamente a requalificação de vias e espaços públicos, o reforço da mobilidade e segurança, a modernização de equipamentos coletivos, a valorização ambiental e a melhoria dos serviços municipais.

Expressou que estas intervenções têm impacto direto na vida diária das pessoas e contribuem para um concelho mais coeso, moderno e preparado para o futuro. A decisão de avançar com este financiamento assenta numa gestão responsável, transparente e alinhada com os limites legais de endividamento. Garantiu que o município tem condições financeiras para assumir este compromisso sem comprometer a sustentabilidade financeira, assegurando que cada euro investido se traduz em benefícios reais para a comunidade.

Afirmou que estas propostas pretendem deixar claro, perante a população e as entidades competentes que Alcochete está preparado para dar mais um passo em frente, honrando o passado, respondendo ao presente e preparando o futuro. Trata-se de um passo que reforça a confiança dos cidadãos no município e traduz em ação concreta a vontade coletiva de construir um concelho mais forte, justo e desenvolvido.

Expôs a sua convicção de que o investimento projetado representa um passo decisivo para o desenvolvimento harmonioso e duradouro do concelho, com uma aposta estruturante em todas as freguesias e em várias áreas estratégicas, referindo que o financiamento abrange todo o território municipal, incluindo as freguesias de Alcochete, São Francisco e Samouco e áreas como Educação, Desporto, Coesão Social, Mobilidade e Segurança.

Referiu que foi realizada uma análise financeira exaustiva ao longo dos últimos meses, após o fecho das contas de 2025 e antes da sua apreciação pela Câmara e pela Assembleia Municipal. Assegurou que do ponto de vista financeiro, não está em causa a sustentabilidade futura do município, defendendo uma visão global que permita olhar para o território como um todo, informando que o município encerrou as contas de 2025 com um rácio de solvabilidade acima dos 500%, demonstrando património e capacidade financeira suficientes para cumprir todas as obrigações e compromissos.

Explicou que o pedido surge agora porque as contas foram recentemente aprovadas em Assembleia Municipal e porque os anos de 2024 e 2025 foram dedicados à Estratégia Local de Habitação, com forte investimento de capital próprio na construção de habitação social e em projetos financiados pelo quadro comunitário. Com a consolidação financeira alcançada, torna-se possível avançar com novos investimentos. Sublinhou que após a consulta à banca, a aprovação do empréstimo e o lançamento dos procedimentos concursais, será possível iniciar as empreitadas ainda no presente ano, dependendo dos prazos da contratação pública.

Recordou que no âmbito do PRR, vários concursos tiveram de ser repetidos por falta de massa crítica de empresas, alertando que o futuro é incerto. Reforçou que este financiamento não resolverá todos os problemas do concelho, que estão identificados e foram agravados pela tempestade Kristin, que causou prejuízos estimados em

€7.000.000,00. Informou que estes prejuízos foram apresentados ao Governo no âmbito do programa PTRR (Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência), todavia manifestou pouca expectativa de apoio estatal, atendendo ao histórico de outros municípios mais afetados que ainda não receberam verbas.

Esclareceu que existem projetos já concluídos, outros em desenvolvimento e outros ainda em fase inicial e que o financiamento agora proposto permitirá avançar com os que estão prontos para contratação pública e que o objetivo é que o financiamento seja aprovado na Assembleia Municipal de junho. Sublinhou que o que não consta neste financiamento não está abandonado, mas apenas não tem projeto concluído.

Explicou que as duas propostas de ratificação têm o mesmo denominador comum: financiamento a 20 anos, com dois anos de carência, correspondendo a €2.308.000,00 e €692.000,00 euros, perfazendo €3.000.000,00. Reiterou que o município tem compromissos no âmbito do quadro comunitário, com cerca de 60% de execução prevista e que não é possível concentrar todo o financiamento na rede viária, uma vez que esta não é elegível no quadro comunitário. Defendeu uma abordagem equilibrada e coesa, abrangendo todas as freguesias.

Detalhou várias obras previstas, incluindo requalificações em Alcochete, São Francisco e Samouco. Explicou que o financiamento anterior para infraestruturas de subsolo no Samouco, rua 1.º de Dezembro, largo 25 de Abril, rua Barata Salgueiro e rua da Praia, se revelou insuficiente, dado que o valor estimado de cerca de €300.000,00 duplicou após conclusão dos projetos, aproximando-se dos €700.000,00. Por isso, é necessário reforçar o financiamento para concretizar esta obra fundamental, que inclui substituição de canalizações, águas pluviais, requalificação viária, ordenamento do tráfego e criação de passeios.

Informou que o procedimento concursal para a requalificação do Mercado Municipal do Samouco teve de ser anulado devido a erros nas medições detetados no âmbito dos erros e omissões, obrigando à atualização do valor da obra em cerca de €140.000,00. Este montante foi integrado no financiamento agora proposto. Referiu ainda a requalificação do

Centro Escolar de São Francisco, o Mercado Municipal do Samouco e infraestruturas desportivas na Escola Secundária de Alcochete.

Mencionou que um conjunto de estradas, cujos projetos estão concluídos, em fase de conclusão ou em elaboração e que avançarão posteriormente através de capitais próprios ou novo financiamento, dependendo da consolidação financeira prevista para 2026, impulsionada pelo aumento do IMT, partilhando que existe um número de habitações junto ao *Unique Tagus*, à Biblioteca Municipal e ao Cemitério que estão prestes a ser comercializadas, prevendo-se receita adicional para o município.

Concluiu afirmando que estas propostas são ratificações administrativas ao abrigo das suas competências e que o que se pretende é a autorização para consulta à banca para os dois financiamentos.

A senhora vereadora Maria Eugénia Murjal referiu que segundo a informação recolhida na discussão das contas de 2025, a dívida às entidades bancárias ultrapassava os €4.000.000,00, somando os €3.000.000,00 agora propostos, o total ultrapassaria os €7.000.000,00.

Questionou por que razão, ao longo dos 8 anos de mandato, não foram realizados trabalhos faseados, considerando que dividir €3.000.000,00 por 8 anos corresponderia a cerca de €375.000,00 anuais. Defendeu que o pedido de endividamento seria pertinente se as empreitadas estivessem claramente definidas, mas que a informação disponibilizada era superficial, referindo apenas fases de requalificação viária sem detalhar o conteúdo das obras ou a justificação dos valores. Considerou essencial compreender porque se pedem €3.000.000,00 e não €5.000.000,00 ou €1.000.000,00, referindo ainda que parte do financiamento serviria para pagar contas mal estimadas em obras que já deveriam estar em curso ou até realizadas, com dinheiros parados à espera de empreitadas.

Apontou a falta de especificação sobre a utilização dos €3.000.000,00, considerando insuficiente a explicação de que se trata de competência do senhor presidente e que apenas se pede ratificação para consulta à banca. Defendeu que a consulta à banca implica

procedimentos, custos e mobilização de recursos municipais, pelo que deveria existir informação detalhada antes desse passo.

Sobre o ponto seguinte referiu que segundo o senhor presidente, os fundos do quadro comunitário só estarão disponíveis a partir de 2029, considerando que a Escola Dom Manuel I está amplamente degradada, defendeu que os €692.000,00 deveriam ser prioritariamente aplicados nessa escola, em vez de serem destinados, por exemplo, à requalificação do largo dos Arcos de São Francisco, no valor de €250.000,00.

Concluiu afirmando que se o município se vai endividar, deverá fazê-lo para resolver problemas urgentes.

Esclareceu que a Escola Básica 2, 3 Dom Manuel I constitui uma herança pesada recebida do Governo português, recordando que a Câmara Municipal de Alcochete, enquanto entidade prestadora de serviço público, não visa lucro nem distribuição de dividendos, razão pela qual tem procurado responder às necessidades estruturais do concelho dentro das suas competências e capacidades financeiras.

Informou que já foi lançado um procedimento para a elaboração do projeto de requalificação e ampliação da Escola Dom Manuel I, sublinhando que o problema é de grande dimensão. Explicou que o município já realizou o trabalho preparatório e que a estimativa para a intervenção ultrapassa os €6.000.000,00, podendo ser ainda superior afirmando por isso que a verba prevista para a requalificação do largo dos Arcos de São Francisco, cerca de €245.000,00 não poderia, de forma alguma, ser solução para a escola. Acrescentou que, não existindo ainda projeto concluído, não é possível avançar com a obra, estando o município expectante quanto à eventual existência de verbas remanescentes do PRR, embora o senhor Primeiro-Ministro já tenha indicado que não haverá financiamento estatal para esta requalificação.

Reiterou que, apesar da ausência de garantias de financiamento, o município está a elaborar o projeto, defendendo que sem projeto não há obra, asseverando que estas intervenções não se relacionam com o financiamento em discussão, que não resolverá o problema da escola.

Esclareceu que a dívida total do município é de €7.450.000,00, a qual inclui financiamento bancário, fornecedores e outras obrigações, informando que o município pretende contrair €3.000.000,00 e não €5.000.000,00 ou €6.000.000,00, porque esse valor não compromete a situação financeira, sendo possível pagar as prestações. Explicou que o limite legal de endividamento é de cerca de €8.000.000,00, mas que existe uma diferença entre o que é legalmente possível e o que é financeiramente responsável.

Defendeu que a gestão municipal deve manter margem para imprevistos, como fenómenos climáticos ou decisões judiciais desfavoráveis, referindo o contencioso relativo à empresa SIMARSUL, cujo valor global ronda os €2.300.000,00, transmitindo que o pedido de informação à banca não representa um custo efetivo, tratando-se apenas da elaboração de ofícios e do envio de documentação, como o relatório de contas certificado. Recordou que o município já contraiu vários financiamentos ao longo dos anos, pagando regularmente as prestações e que o valor da dívida diminui mensalmente.

Prosseguiu detalhando as intervenções previstas no financiamento e explicando que a repavimentação da avenida Euro 2004 está dividida em fases, a primeira fase corresponde ao troço entre a rotunda da Freeport e a rotunda seguinte, com um custo estimado de €470.000,00, a segunda fase abrangerá o troço até à rotunda da Repsol. Explicou também a segunda fase da requalificação do Caminho Municipal 1004 (Estrada Real), desde a rotunda do Pinheiro da Cruz até ao limite da freguesia de São Francisco, incluindo a implementação de uma rotunda por razões de segurança e manutenção, em substituição de um sistema semafórico, referindo ainda a primeira fase da implementação da rua Carlos Manuel Rodrigues Francisco, explicando que o projeto completo envolve também a área da rua Chão do Conde, mas que, nesta fase, será executado apenas o troço entre o Intermarché e o cruzamento que dá acesso à referida rua.

Aludiu que as intervenções incluídas nos €692.000,00 correspondem a oportunidades no âmbito do Quadro Comunitário, tendo dado como exemplo a requalificação e ampliação do Centro Escolar de São Francisco, obra realizada em 2013 e atualmente insuficiente para as necessidades, explicando que existe possibilidade de criar mais uma sala, sendo o valor total da intervenção de cerca de €570.000,00, com comparticipação FEDER de €224.000,00,

cabendo ao município cerca de €340.000,00. Considerou esta uma oportunidade que deve ser aproveitada antes do encerramento do Quadro Comunitário.

Referiu também a candidatura para infraestruturas desportivas na Escola Secundária de Alcochete, cujo campo desportivo é atualmente em alcatrão. A obra tem um custo de €235.000,00, com comparticipação de €95.000,00, cabendo ao município cerca de €141.000,00. Sublinhou que estas intervenções permitem cumprir a métrica do quadro comunitário, evitando penalizações futuras.

Explicou que a requalificação do largo dos Arcos de São Francisco corresponde a uma promessa assumida pelo Executivo, visando consolidar o espaço para estacionamento, realização de eventos e criação de zonas de lazer com arborização e sombreamento, recordando que o projeto foi reconhecido no mandato anterior.

Referiu novamente o Mercado Municipal do Samouco, cuja obra passou para €461.000,00, com comparticipação de €229.000,00, sendo necessário reforçar o financiamento em €231.000,00. Explicou que o aumento do valor resultou de erros nas medições detetados no âmbito dos erros e omissões, obrigando à atualização do projeto e ao lançamento de novo procedimento concursal.

Afirmou que as infraestruturas do Samouco estão devidamente definidas e que as empreitadas incluídas no financiamento têm projetos consolidados ou em fase final de consolidação. Sublinhou que o que não consta no financiamento corresponde a obras que não têm ainda projeto concluído, como a requalificação da praça José Coelho, no Samouco, cuja estimativa é de €1.200.000,00.

Concluiu afirmando que a situação financeira do município não está em causa, reiterando que a dívida atual será reduzida nos próximos anos através do pagamento regular das prestações, garantindo que o financiamento não compromete outros investimentos futuros, nem impede a contratação de novos financiamentos caso seja necessário. Explicou que o aumento de custos em algumas obras resulta de erros pontuais ou de estimativas iniciais que se tornaram desatualizadas com o tempo, sendo esta uma realidade comum na

contratação pública. Finalizou afirmando que todas as intervenções foram devidamente explicadas e que o financiamento permitirá avançar com projetos essenciais para o concelho.

A senhora vereadora Maria Eugénia Murjal agradeceu a explicação prestada pelo senhor presidente e afirmando que a informação detalhada apresentada alterava substancialmente a perceção que tinha sobre o assunto, considerando que o acesso prévio a informação mais específica permitiria uma análise mais rigorosa e evitaria que determinadas dúvidas surgissem apenas em reunião, solicitando por isso que doravante, a documentação enviada aos vereadores fosse mais completa e disponibilizada com antecedência, de modo a facilitar o estudo das matérias e a tornar as reuniões mais simples e objetivas.

O senhor presidente afirmou que considera saudável a discussão em torno do futuro do concelho e do investimento público a realizar, frisando que o debate construtivo é essencial para garantir decisões informadas e alinhadas com os interesses de Alcochete, reforçando que a troca de argumentos contribui para uma gestão municipal mais transparente e participada.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.3. Ratificação do Despacho n.º 21/2026 – Autorização para consultar as entidades bancárias para apresentação de propostas para a contração de um empréstimo de médio e longo prazo no valor de €692.000,00

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Pelo Despacho mencionado em epígrafe, datado de 23 de abril de 2026 foi aprovada a autorização para consultar as entidades bancárias para apresentação de propostas para a contração de um empréstimo de médio e longo prazo no valor de €692.000,00, cujos documentos se submetem a ratificação da Câmara Municipal, de harmonia com o n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assim, proponho a aprovação referente a esta deliberação.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.4. Procedimento de concurso público para a “Aquisição de Serviços de Seguros, Por Um Período de 12 meses, Automaticamente Prorrogado por Período Igual e Sucessivo” - Proc.º 30/26/CP - Prorrogação do prazo para apresentação de caução (1.º Pedido)

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Em conformidade com o proposto, conforme Anexo I, propõe-se para deliberação a ratificação da decisão do senhor presidente da câmara, em conformidade com o disposto no n.º 3, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assim proponho, submeter à aprovação do órgão executivo:

- 1) Ratificação da decisão do senhor presidente da câmara de prorrogação do prazo para apresentação de caução.»

Submetida à discussão o senhor presidente explicou que a presente proposta e a que consta no ponto 4.5 constituíam ratificações, por uma questão de solidariedade processual, objetividade e transparência, informando que embora se tratasse de atos administrativos já praticados ao abrigo das suas competências, estes eram trazidos à reunião para análise e discussão.

Recordou que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal já haviam aprovado a plurianualidade associada ao contrato de seguros, onde após a constituição do júri e a identificação das entidades adjudicatárias, a empresa Fidelidade, responsável pelo ramo de acidentes de trabalho, ficou obrigada à apresentação da respetiva caução.

Explicou que no primeiro pedido de prorrogação, devidamente fundamentado, a entidade bancária se atrasara significativamente na emissão da caução. O júri considerou legítima a prorrogação de 2 dias, que o senhor presidente autorizou, contudo, terminado esse prazo, a caução não havia ainda sido emitida, tendo a entidade bancária confirmado o atraso. Assim, foi submetido novo pedido de prorrogação, desta vez por 5 dias, que o senhor presidente também autorizou, tendo partilhado que, entretanto, a caução já fora entregue, não subsistindo qualquer problema, mas sendo necessário cumprir o trâmite de ratificação.

A senhora vereadora Raquel Prazeres apresentou dúvidas sobre o impacto das prorrogações relativamente às restantes entidades que participaram no concurso, perguntando se estas tinham conhecimento da extensão do prazo.

O senhor presidente esclareceu que a prorrogação dizia respeito exclusivamente à entrega da caução pela entidade adjudicatária, estando prevista na legislação da Contratação Pública. Explicou que o processo concursal já se encontrava concluído, tendo sido a empresa Fidelidade a vencedora e que a caução constitui uma formalidade posterior à adjudicação. Indicou que o município recebeu o comprovativo do pedido de emissão da caução e a justificação da entidade bancária, o que fundamentou as prorrogações concedidas.

Por solicitação do senhor presidente, a Dr.^a Sónia Vieira, técnica superior da Câmara Municipal de Alcochete, esclareceu que a legislação prevê a prorrogação do prazo para entrega da caução quando o atraso não é imputável ao adjudicatário, informando que a empresa Fidelidade comprovou ter solicitado a caução dentro do prazo, tendo sido emitidas as restantes cauções, faltando apenas a referente ao lote de acidentes de trabalho. A Caixa Geral de Depósitos reconheceu que o atraso lhe era imputável, justificando a prorrogação. Esclareceu ainda que, embora o segundo pedido previsse 5 dias adicionais, a caução foi carregada na plataforma no dia seguinte, às 8h36, pelo que o júri entendeu acomodar a data efetiva de receção.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Anexo I, como **Doc. 2**.

4.5. Procedimento de concurso público para a “Aquisição de Serviços de Seguros, Por Um Período de 12 meses, Automaticamente Prorrogado por Período Igual e Sucessivo” - Proc.º 30/26/CP - Prorrogação do prazo para apresentação de caução (2.º Pedido)

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Em conformidade com o proposto, conforme Anexo I, propõe-se para deliberação a ratificação da decisão do Sr. Presidente da Câmara, em conformidade com o disposto no n.º 3, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assim proponho, submeter á aprovação do órgão executivo:

- 1) Ratificação da decisão do senhor presidente da câmara de prorrogação do prazo para apresentação de caução (2.ª prorrogação).»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Anexo I, como **Doc. 3**.

4.6. Aprovação de candidaturas ao Programa de Comparticipação de Medicamentos aos Idosos Carenciados (PCMIC)

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«As candidaturas ao Programa de Comparticipação de Medicamentos a Idosos Carenciados (PCMIC) decorreram de 19 de fevereiro a 19 de março de 2026, neste período foram rececionadas 102 candidaturas.

Após a respetiva análise técnica, realizada com base nos critérios definidos no Regulamento do PCMIC, verifica-se que 95 candidaturas cumprem os requisitos de elegibilidade, tendo

as restantes 7 candidaturas sido excluídas por não cumprirem o critério relativo aos rendimentos per capita do agregado familiar, por se situarem acima do limite regulamentar.

No âmbito deste programa, a câmara municipal deliberou, em reunião de 18 de fevereiro de 2026, a afetação de uma verba global de €24.000,00 (vinte e quatro mil euros) para a comparticipação de despesas com medicação, destinada até 120 idosos, correspondente a um valor unitário de €200,00 (duzentos euros) por beneficiário. Considerando que as candidaturas ao PCMIC encerraram no dia 19 de março e que da aplicação dos critérios de elegibilidade resulta a validação de 95 beneficiários, subsistindo cabimento orçamental para a atribuição do apoio a mais 25 idosos, propõe-se que a câmara delibere:

1. Aprovar a atribuição do apoio no âmbito do PCMIC às 95 candidaturas analisadas e consideradas elegíveis, nos termos do respetivo Regulamento;
2. Autorizar a receção e eventual atribuição do apoio a futuras candidaturas, a submeter ao serviço de Ação Social do município, desde que seja comprovada a situação de carência socioeconómica dos munícipes e verificado o cumprimento dos critérios de elegibilidade previstos no Regulamento do PCMIC;
3. Estabelecer que a atribuição do apoio referido nos números anteriores fica condicionada ao limite máximo de 120 idosos apoiados, bem como à disponibilidade da verba aprovada.»

Submetida à discussão o senhor presidente expressou que o papel da autarquia é o de serviço público, de proximidade com as pessoas, apoiando-as em despesas com medicamentos que não são comparticipados pelo Estado. Referiu que, embora os valores atribuídos possam parecer simbólicos, para muitas famílias representam uma parte significativa da sua pensão ou reforma, sendo por isso essencial valorizar este apoio. Considerou que a proposta traduz de forma exemplar aquilo que deve ser a atuação de uma autarquia junto das suas populações, especialmente as mais vulneráveis.

A senhora vereadora Maria Eugénia Murjal afirmou que o facto de existirem 92 beneficiários, quando o limite máximo é de 120, demonstra que a câmara municipal está a realizar um

trabalho rigoroso na identificação das pessoas que realmente necessitam deste apoio, assim como se apenas 92 dos 120 potenciais beneficiários precisam da comparticipação, então a situação social está a melhorar, o que considerou ser um sinal positivo.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

5. Apoios financeiros

Não foram apresentadas propostas

6. Informações

Pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro foi apresentada a seguinte informação:

Relatório de Avaliação Anual do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, em anexo como **Doc. 4**.

A Câmara tomou conhecimento.

A senhora vereadora Maria Eugénia Murjal, sobre o ringue do Passil questionou se já existia uma data prevista para a abertura ao público e se o acesso ao equipamento exigiria marcação prévia junto da Junta de Freguesia de Alcochete ou se pelo contrário, seria de livre utilização, permitindo que a população realizasse partidas e jogos de forma autónoma.

Por solicitação do senhor presidente a senhora vereadora Maria de Fátima Soares informou que a situação estava a ser tratada pelos serviços, esclarecendo que o ringue já se encontrava aberto anteriormente, embora num estado degradado e que o seu objetivo principal é servir a escola e as atividades escolares. Contudo, referiu que neste momento, não existe regulamento de taxas que incluía aquele equipamento, o que impede a cobrança de utilização, quer por parte do movimento associativo, quer por particulares, tendo explicado

que a escola já utiliza o ringue e que a autarquia está a estudar uma solução que permita que o equipamento seja aberto à população ao fim de semana, garantindo, contudo, que exista alguém responsável pela abertura e encerramento do espaço. Indicou que está a ser analisada uma solução semelhante para o ringue contíguo à escola do Samouco, que anteriormente também era de uso livre.

Concluiu afirmando que o assunto está a ser trabalhado e que em breve, a situação estará resolvida e devidamente regulamentada.

D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 20:25 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Joel Rodrigues, técnico superior, subscrevo e assino.